



**ATO 012/2018**  
**DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA**  
**E GABARITO PRELIMINAR**  
**EDITAL Nº 002/2017 DE PROCESSO SELETIVO ESF**

O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, através da Comissão Municipal de Processos Seletivos Públicos da Secretaria de Saúde, conjuntamente com o Instituto o Barriga Verde, de acordo com a legislação pertinente e as normas estabelecidas no edital e seus anexos. TORNA PÚBLICO o que segue:

**1. CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL**

**1.1 Conhecimentos Básicos**

**1.1.1 Língua Portuguesa**

**Questão 01**

Candidatos: 862284 / 830860

**Alegações:** O candidato alega que o verbo “vir” não está concordando com a frase.

**Decisão da Banca:** Não assiste razão para anulação, pois quando o verbo ver está no Subjuntivo, em alguns casos ele até é confundido com o verbo vir.

No futuro do subjuntivo, a conjugação do verbo ver assume a forma de v+i+r é: eu vir, ele vir, nós virmos, eles virem.

Exemplo: Se você vir José, por favor, entregue-lhe este pacote.

Quando eu vir minha amiga, vou convidá-la para a festa.

**INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA**

**Questão 05**

Candidatos: 839755

**Alegações:** O candidato alega que o conteúdo exposto na questão não é estudado no ensino fundamental conforme livros e gramáticas que ele pesquisou.

**Decisão da Banca:** Não assiste razão para anulação, pois antes da prova ser aplicada, os candidatos têm acesso ao edital e nele contém o conteúdo programático. Se o conteúdo cobrado está exposto no edital, não há motivo para anulação.

**INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA**

**1.1.2 Gerais e Atualidades**

**Questão 06**

Candidatos: 863135

**Alegações:** Em síntese o candidato reclama do conteúdo programático do edital e que na prova não teve nada de questões da “areia”. Não apresenta nenhuma fundamentação para suas alegações.

**Decisão da Banca:** Não assiste razão, pois antes da prova ser aplicada, os candidatos têm acesso ao edital e nele contém o conteúdo programático e nele constam os assuntos que serão cobrados na prova.

**RECURSO NÃO CONHECIDO E INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA**



**Questão 07**

Candidatos: 867937/ 868162/ 812731/ 840715/ 848343/ 836127

**Alegações:** Em síntese os candidatos alegam erro na formulação da questão e solicitam anulação por não haver resposta correta pois Rodrigo Teixeira é produtor do filme Me Chame pelo seu Nome e esse filme não concorreu na categoria melhor animação. Outros solicitam troca de gabarito para letra A.

**Decisão da Banca:** Assiste razão aos recorrentes, porém não é caso de troca de gabarito apenas, pois de fato o filme que concorreu ao prêmio de melhor animação é de Carlos Saldanha e não de Rodrigo Teixeira que é produtor de Me Chame pelo Seu Nome. Houve erro na formulação do enunciado da questão, restando a mesma anulada.

**DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA**

## 1.2 Conhecimentos Específicos

### 1.2.1 Temas de Saúde Pública – Legislação e Sistema Único de Saúde – SUS

**Questão 13**

Candidatos: 809797

**Alegações:** O candidato apresentou recurso contra a questão em análise alegando, em síntese, que a alternativa B também estaria correta.

**Decisão da Banca:** A questão em análise contém apenas uma alternativa correta e, conforme divulgado pelo gabarito preliminar, trata-se da letra D. Pela interpretação do enunciado da questão o candidato deveria assinalar a alternativa que não faz parte da competência da Vigilância Sanitária. As alternativas A, B e C estão corretas e fazem parte das atividades desenvolvidas pela Vigilância Sanitária conforme o disposto no parágrafo 1º do artigo 6º da Lei Orgânica da Saúde (Lei n. 8.080/1990). Logo, somente a alternativa D fica de fora, porque, na verdade, o controle de doenças e outros agravos é atividade da Vigilância Epidemiológica (parágrafo 2º do artigo 6º da Lei n. 8.080/1990).

**INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA**

**Questão 21**

Candidatos: 848343

**Alegações:** O candidato apresentou recurso contra a questão em análise alegando, em síntese, que o enunciado da questão deixa as respostas vagas se levados em consideração o disposto nos artigos 8º e 9º da Lei Orgânica da Saúde.

**Decisão da Banca:** Não há que se falar em anulação da questão em análise, pelo que deve ser mantida. Isso porque a questão foi elaborada com base no parágrafo 2º do artigo 10 da Lei Orgânica da Saúde (Lei n. 8.080/1990) que dispõe que: *“No nível municipal, o Sistema Único de Saúde (SUS), poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde”*. Sendo assim, somente a alternativa A está correta.

**INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA**

**Questão 27**

Candidatos: 868570

**Alegações:** O candidato apresentou recurso contra a questão 27 do caderno de provas alegando única e exclusivamente *“marquei duas respostas sem querer”*.

**Decisão da Banca:** Tendo em vista que o preenchimento do cartão de respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que rasuras ou o seu mau preenchimento não acarretam na anulação de questões e que, por fim, o candidato não apresentou quaisquer possíveis erros ou vícios na questão em análise, não há que se falar em anulação da questão.

**INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA**



## 1.2.2 Especificidades do Cargo

### Agente Comunitário de Saúde

#### Questão 31

Candidatos: 848343

**Alegações:** Candidata alega em síntese que a alternativa D é incorreta, ou seja, não é uma condicionalidade para o Programa Bolsa Família.

**Decisão da Banca:** Banca mantém questão, visto que o enunciado solicita qual alternativa NÃO contenha uma condicionalidade para o Programa Bolsa Família, e a alternativa D afirma erroneamente que é uma condicionalidade “Matricular as crianças nas aulas, mesmo que elas não cumpram os 85% mensais das aulas”. Abaixo parte do Manual para ACS sobre Alimentação e Nutrição para as Famílias do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2010, p.13), que justifica esta afirmação

Manual para os Agentes Comunitários de Saúde  
Alimentação e Nutrição para as Famílias  
do Programa Bolsa Família

#### 2.4.2 Condicionalidades da Educação:

Para continuar a receber o benefício do PBF, as famílias que possuem crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem:

- Matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos nas escolas do município.
- Garantir a frequência de, no mínimo, 85% das aulas a cada mês. Se houver falta às aulas, é preciso informar à escola e explicar a razão.
- Informar ao responsável pelo programa no município sempre que alguma criança ou adolescente mudar de escola para não interromper o acompanhamento da frequência.

#### BIBLIOGRAFIA

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Atenção Básica. Alimentação e nutrição para as famílias do programa bolsa família : manual para os agentes comunitários de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília :

Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:

[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/manual\\_para\\_os\\_ACS.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/manual_para_os_ACS.pdf)

INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA

#### Questão 32

Candidatos: 809797

**Alegações:** Candidata alega em síntese que não alternativa correta, visto que a promoção da saúde visa trabalhar os fatores de risco e os agravos em saúde.

**Decisão da Banca:**

Banca mantém questão, o enunciado solicita qual o objetivo da promoção de saúde, o que ela “visa” (Ver quadro abaixo sobre as definições na Carta de Otawa em 1986, do que a promoção de saúde visa” – BRASIL, 2008, p. 28), os fatores de risco e agravos de saúde, podem ser trabalhados dentro da promoção em saúde para alcançar algum objetivo.

Exemplo: “Na abordagem de fatores de risco comum, a lógica é a atuação sobre um determinado fator que pode estar concorrendo simultaneamente para o desenvolvimento ou agravamento de diferentes doenças ou agravos. Assim, por exemplo, a cárie dentária, a diabetes e a obesidade têm a dieta como um fator de risco comum. Para



tanto, depende de ações intersetoriais, articuladas e coordenadas pelos diferentes setores da sociedade, do Estado, do sistema de saúde e outros parceiros. A promoção da saúde pode ser entendida, então, como um desfecho positivo decorrente da implementação de políticas públicas saudáveis”. Ou seja, trabalhar o fator de risco para alcançar o objetivo da promoção de saúde definido na Carta de Otawa (1986) que é “a construção de políticas saudáveis”.

Conforme definido na Carta de Otawa em 1986, promoção de saúde visa:

- Criação de ambientes que conduzam à saúde, reconhecendo o impacto do ambiente nas condições de saúde e identificando oportunidades de mudanças pró-saúde.
- Construção de políticas saudáveis - considerando o impacto de políticas públicas de outros setores no setor saúde.
- Fortalecimento das ações comunitárias – dos indivíduos e das comunidades nos processos decisórios, redes sociais, planejamento e estratégias para a saúde.
- Desenvolvimento de habilidades pessoais – estímulo ao desenvolvimento de habilidades pessoais, sociais e políticas que permitam aos indivíduos promover a saúde.
- Reorientação dos serviços de saúde - o foco do trabalho clínico curativo deve ser dirigido à meta da saúde com equidade.

#### BIBLIOGRAFIA

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_bucal.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal.pdf)

**INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA**

#### Questão 33

Candidatos: 809797

**Alegações:** Candidata alega em síntese que alternativa D está incorreta, ou seja, não é função do ACS.

**Decisão da Banca:** Banca mantém questão, vista que de acordo com enunciado, questão foi baseada no Guia de Trabalho do ACS (BRASIL, 2009, p. 12), onde traz na imagem abaixo, as funções do trabalho do ACS em relação a família.

#### IDENTIFIQUE

- O grau de parentesco entre os membros da família;
- Os membros agregados;
- A função de cada membro na família: na divisão do trabalho doméstico, na divisão das despesas, na identificação daquele que é o alicerce emocional e espiritual;
- Os valores, preconceitos, costumes e religiosidade, principalmente os que podem interferir no cuidado com a saúde;
- Presença de conflitos entre os membros da família e como são resolvidos esses conflitos;
- Os tipos de trabalho de seus membros;
- O papel do homem e da mulher na família;
- Quem exerce o papel de liderança na família;
- Se todos os membros da família possuem documentos: Certidão de Nascimento, CPF, Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, ou outros que favoreçam a consolidação de sua cidadania.



Sendo assim, não é função do ACS “Identificar e MUDAR os conceitos e valores da família a fim de melhorar a qualidade de vida destes”, ficando alternativa C não função do ACS, e a alternativa D é de função do ACS.

**BIBLIOGRAFIA**

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia prático do agente comunitário de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. Disponível em:

[http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/guia\\_acs.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/guia_acs.pdf)

**INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA**

**Agente de Combate à Endemias**

**Questão 40**

Candidatos: 867937 / 830860 / 856944

**Alegações:** Candidatos alegam em síntese que 1) solicita troca de gabarito, da alternativa C para A, visto que a alternativa A é correta, pois a malária é uma doença infecciosa febril, e que a alternativa C apresenta apenas modo de transmissão e agente causador da doença; 2) solicita correção de gabarito, mas não especifica qual a correção e porquê; 3) solicita recontagem da pontuação, mas não justifica.

**Decisão da Banca:** Banca mantém questão, visto que 2 recursos estão sem justificativa de sua solicitação, e visto que a única alternativa CORRETA é a alternativa C, pois alternativa A afirma que a malária é uma doença infecciosa AFEBRIL (ou seja, que não dá febre). Abaixo trecho do manual técnico de controle da malária (BRASIL, 2003, p. 7):

**1 Características Clínicas e Epidemiológicas**

**1.1 Descrição**

Doença infecciosa febril aguda, causada por protozoários, transmitidos por vetores. Reveste-se de importância epidemiológica por sua gravidade clínica e elevado potencial de disseminação, em áreas com densidade vetorial que favoreça a transmissão. Causa

**BIBLIOGRAFIA**

BRASIL. M.S. Febre? Cuidado! Pode ser Malária. 2003.

**INDEFERIDO – QUESTÃO MANTIDA**

Itajaí (SC) 22 de março de 2018.

**CELSO LUIZ DELLAGIUSTINA**  
Secretário Municipal de Saúde